
POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE PORTUGAL QREN 2007-2013

(31 de dezembro de 2014)



QREN

2007-2013

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Fatores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Fatores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, aprovada pela Comissão Europeia, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.



I. O QREN NA REGIÃO CENTRO

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) foi o sistema de financiamento da política regional europeia, para o período de programação de 2007 a 2013, em Portugal. As prioridades estratégicas do QREN foram definidas a partir do diagnóstico da situação económica e social do país e foram direcionadas, em primeiro lugar, para o aumento da coesão e da competitividade da economia portuguesa através de dois vetores fundamentais: a melhoria do capital humano e o investimento em inovação, investigação e desenvolvimento (em particular investimento privado). Estas prioridades basearam-se assim em vários desafios para o país e para as regiões, nomeadamente apostar na promoção da qualificação dos recursos humanos e no crescimento sustentado, garantir a coesão social, assegurar a qualificação do território e das cidades e aumentar a eficiência da governação.

Até ao final de 2014, tinham já sido aprovados na Região Centro 6,5 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), resultado de um investimento previsto na região de 10,8 mil milhões de euros (Quadro 1¹). Como se verifica, os fundos comunitários alavancam um valor superior de investimento, tendo assim associado um efeito multiplicador potenciador de um maior desenvolvimento regional. Tendo em conta o volume de aprovações de fundos comunitários do QREN, este efeito multiplicador é de 1,7 na região, o que significa que cada euro de fundos comunitários aprovados gera quase o dobro desse valor em investimento. Este coeficiente multiplicador já foi mais elevado mas nos últimos dois anos diminuiu devido ao aumento das taxas de cofinanciamento resultante da aplicação dos memorandos de entendimento e da reprogramação financeira dos programas operacionais.

Considerando também a execução dos projetos aprovados, no final de 2014, a taxa de realização média do QREN na Região Centro era de 77%. Esta taxa diferia bastante entre os vários programas, variando entre 63,3% nos projetos aprovados no PO FC e 85,9% nos do PO PH.

¹ Os quadros são disponibilizados nos Anexos.

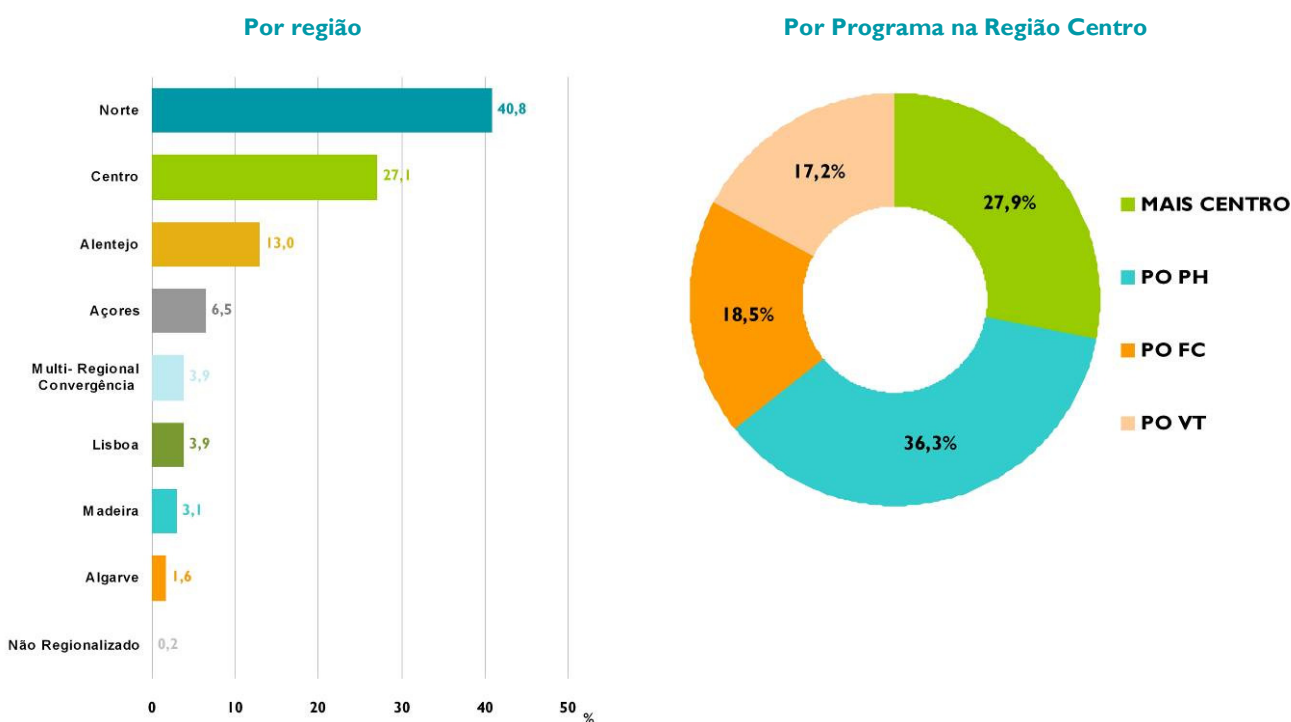
27% dos fundos comunitários do QREN foram absorvidos por projetos na Região Centro

Desde praticamente o início do período de programação que a Região Centro se assumiu como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do QREN entre as várias regiões portuguesas. Cerca de 27,3% do total de fundos aprovados no país respeitam a projetos na região (Quadro I).

No que respeita ao peso que a Região Centro assumia no total de fundos aprovados no país em cada programa operacional temático, a posição regional era mais forte no caso do PO FC em que o peso da região no total de aprovações nacionais ascendia a 36,2%. Relativamente às aprovações no total da Região Centro, continua a manter-se o predomínio dos fundos comunitários aprovados pelo PO PH (32,6%) e pelo Mais Centro (27,8%).

A situação é bastante semelhante em termos da execução dos projetos regionais no âmbito do QREN. A despesa validada de fundos comunitários na Região Centro representava 27,1% do total nacional, sendo assim também a segunda região com maior nível de execução (Figura I). Também ao nível da distribuição da despesa validada na Região Centro, verificava-se a importância relativa do PO PH e do Mais Centro, que concentravam, em conjunto, mais de 64,3% do total executado na região (36,3% no caso do PO PH e 27,9% no do Mais Centro).

Figura I. Distribuição dos fundos comunitários executados no QREN



(31 de dezembro de 2014)

Região Centro é a segunda maior beneficiária do país em todos os programas operacionais temáticos

Para além do programa regional – Mais Centro, os agentes regionais podem ainda candidatar os seus projetos a fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão através dos Programas Operacionais Temáticos. O Mais Centro representa 22,8% do volume de aprovações entre os vários programas regionais e 29,9% se forem considerados apenas os do Continente. Mais de metade do FEDER aprovado no programa regional está concentrado em cinco dos 32 regulamentos existentes: Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar, Incentivos à Inovação, Parcerias para a Regeneração Urbana, Mobilidade Territorial e Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas (Quadro 2).

No âmbito do Programa Operacional temático Fatores de Competitividade, estavam aprovados 1,5 mil milhões de euros de FEDER no final de 2014, ou seja, 36,2% do total aprovado no país (Quadro 3). Mantém-se, no entanto, como o programa com menor execução na região, o que se deve, em grande medida, à conjuntura que marcou os últimos anos com inerentes dificuldades no acesso ao crédito para financiamento da parte do investimento que não é comparticipada. Os projetos regionais de inovação empresarial absorvem mais de metade do valor aprovado e realizado neste programa operacional, assumindo, simultaneamente, um importante peso no total nacional de FEDER aprovado no regulamento Incentivos à Inovação (41,3%). São ainda de destacar os valores aprovados em projetos de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e de Engenharia Financeira.

O Programa Operacional Valorização do Território tinha aprovado 1,1 mil milhões de euros de fundos comunitários para cofinanciamento de projetos na Região Centro até ao final de dezembro de 2014. Cerca de 61% do valor de aprovações respeitava a projetos no âmbito da Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário, da Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento e das Redes e Equipamentos de Transportes (Quadro 4). A região destacava-se ainda pela capacidade de absorver mais de metade dos fundos nacionais destinados a projetos de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos e de Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano. Já em termos de realização do que se encontra aprovado, destacam-se os projetos de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos, de Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental, de Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos, de Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa e de Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário (com taxas de realização superiores a 80%).

Relativamente ao Programa Operacional Potencial Humano, os projetos aprovados envolvem um cofinanciamento de 2,1 mil milhões de euros de FSE na Região Centro, traduzindo-se num peso de 30,1% no total aprovado no país (Quadro 5). Os maiores valores de aprovações destinaram-se a Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Adultos, Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior e Formações Modulares Certificadas que, no seu conjunto, concentravam 58% do total de FSE aprovado para projetos regionais. Os investimentos nestas áreas permitem reforçar a formação da população jovem e, simultaneamente, uma maior qualificação da população adulta ativa, o que é hoje fundamental para a aquisição de novas competências necessárias à renovação do perfil de especialização produtiva. Grande parte dos regulamentos do PO PH apresenta uma taxa de realização bastante elevada, sendo de destacar os projetos aprovados no âmbito do reequipamento dos estabelecimentos de ensino, da qualificação dos profissionais do setor da educação, dos estágios profissionais na administração pública local, do reconhecimento, validação e certificação de competências, dos cursos de formação de adultos e dos apoios ao emprego que se encontram totalmente realizados.

Apesar da capacidade da região em absorver fundos comunitários nacionais ser distinta entre os vários programas operacionais, em todos eles a Região Centro se tem mantido como a segunda maior beneficiária.

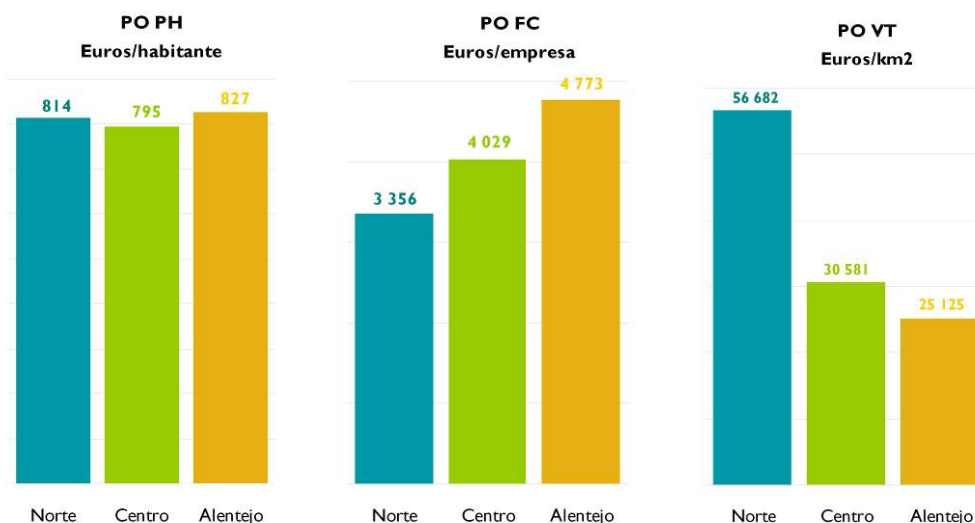
Região Centro evidencia boa intensidade de apoio de fundos comunitários

As intensidades regionais de apoio do QREN inerentes ao volume de execução podem ser medidas através da relativização dos valores da despesa validada de fundos comunitários por diferentes variáveis: no PO PH pela população residente na região, no PO FC pelo número de empresas com sede na região e no PO VT pela área territorial que ocupa a região. A intensidade de apoio nas regiões fora do objetivo convergência é muito reduzida dada a menor expressão do seu envelope financeiro. Para além disso, no caso dos Açores, as intensidades de apoio são necessariamente mais elevadas devido à configuração da região, uma vez que sendo um arquipélago há necessidade de maior investimento público independentemente da procura gerada (para assegurar serviços e deslocações inter-ilhas). Neste sentido, apenas é relevante comparar o desempenho da Região Centro com as regiões de convergência do Continente.

As disparidades das regiões de convergência, medidas pelas intensidades de apoio do QREN em termos da despesa validada de fundos comunitários, têm sido significativas nos casos do PO FC e do PO VT (Figura 2). No caso do PO FC, o Alentejo evidencia uma intensidade de apoio superior à do Centro, para a qual contribui a aprovação de alguns projetos com grande investimento público numa região com reduzida densidade empresarial. Já no PO VT, o valor mais elevado da relativização entre os fundos aprovados e a área territorial registava-se na região do Norte, o que é justificado pelos fundos aprovados envolvidos em projetos de infraestruturas de conectividade (Metro do Porto e Autoestrada Transmontana).

No PO PH as intensidades de apoio regional eram semelhantes entre as três regiões de convergência do Continente, variando entre 795 euros por habitante na Região Centro (o valor mais baixo) e 827 euros por habitante no Alentejo (o valor mais elevado).

Figura 2. Indicadores relativizados da distribuição de fundos comunitários executados nas regiões convergência do Continente



(31 de dezembro de 2014)

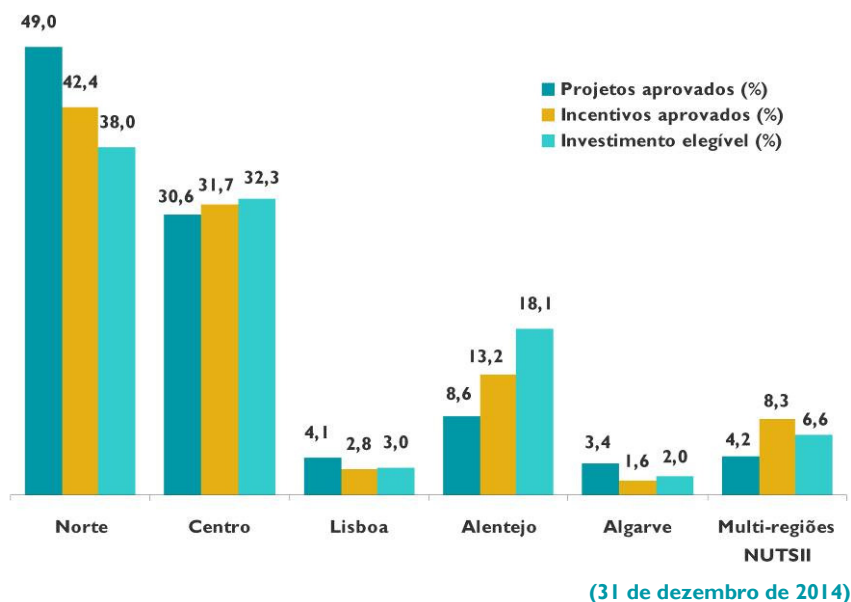
Mais de três mil projetos empresariais na Região Centro geraram um cofinanciamento de 1,3 mil milhões de euros

Os Sistemas de Incentivos do QREN têm sido um importante instrumento de cofinanciamento de investimentos empresariais na Região Centro, nomeadamente dos que se encontram alinhados com os objetivos estratégicos deste quadro de programação, ou seja, os investimentos empresariais de inovação, de internacionalização e potenciadores de qualificação e diferenciação.

No final do ano de 2014, estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.283 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 1,3 mil milhões de euros no âmbito do Mais Centro e do PO FC. Estes projetos envolviam um investimento elegível previsto de 3 mil milhões de euros. Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos no Continente, este volume de aprovações na região representava 31,7% do total de incentivos aprovados e 32,3% do total de investimento elegível (Figura 3). O peso dos incentivos aprovados às empresas na região continua superior ao peso do número de projetos aprovados, o que não tem acontecido em todas as outras regiões e que aponta para uma elevada dimensão média dos projetos empresariais regionais.

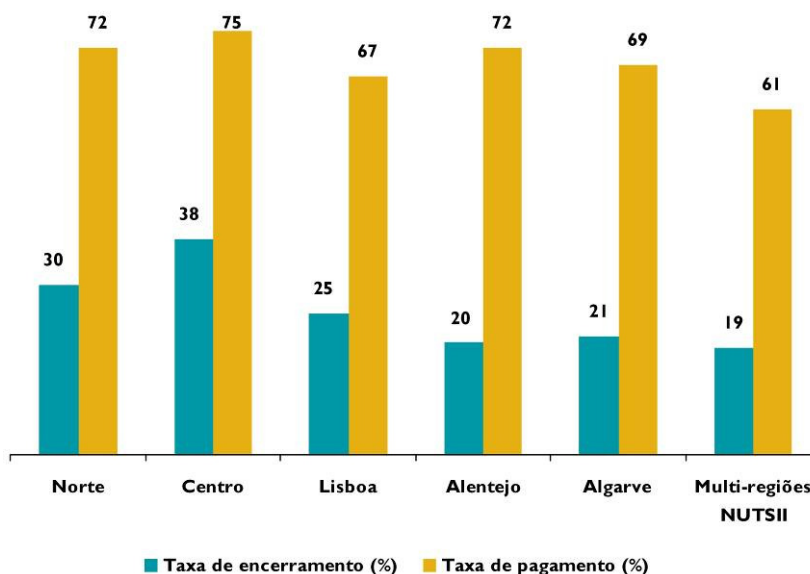
Estes indicadores apontam para um desempenho muito positivo da Região Centro na Agenda Temática da Competitividade no âmbito do QREN, o que também se verifica pelo seu posicionamento relativo face às restantes regiões. Apesar disto, durante o ano de 2014, verificou-se algum descomprometimento de fundos comunitários devido a rescisões e desistências, o que implicou finalizar este ano com um número de projetos aprovados menor do que no final do ano anterior.

Figura 3. Incentivos às empresas no âmbito da Agenda da Competitividade



De todos os projetos aprovados, encontravam-se contratados praticamente na sua totalidade (3.281) e destes, 1.053 encontravam-se encerrados. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 38% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 75% (Figura 4). Estes valores refletem o melhor desempenho regional em termos de encerramentos e de pagamentos (Figura 4).

Figura 4. Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade



(31 de dezembro de 2014)

Nesta data, os pagamentos aos beneficiários dos sistemas de incentivos eram de 974 milhões de euros e respeitavam a despesas de grande parte dos projetos aprovados, mais concretamente de 3.070 projetos. Deste valor de pagamentos, cerca de 293 milhões de euros respeitavam a projetos financiados pelos sistemas de incentivos do programa operacional regional Mais Centro. Este volume de recursos financeiros do programa regional permitiu já apoiar na região, até à data, 1.934 empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, das quais 461 são novas empresas/start-up e 189 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Em 2013 foi ainda disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento dirigido totalmente às microempresas de territórios de baixa densidade para apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego: Programa Valorizar - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). No final de 2014, estavam aprovados 248 projetos na Região Centro. Dada a natureza desta tipologia de projetos, os investimentos envolvidos são reduzidos, estando aprovados cerca de 5,7 milhões de euros de investimento elegível e 4,5 milhões de euros de FEDER.

Maior valor de incentivos aprovados e pagos às empresas do litoral da região

Os maiores valores de incentivo aprovado no âmbito da Agenda da Competitividade têm-se registado nas sub-regiões do litoral, que são as sub-regiões com maiores densidades empresariais. Analisando os pagamentos efetuados aos beneficiários verifica-se que as empresas destas sub-regiões evidenciam também bons níveis de realização.





2. O MAIS CENTRO

2.1 Indicadores Gerais

Mais Centro regista 82,6% de taxa de execução no final de 2014, com um aumento de 210 milhões de euros de despesa validada

No final de 2014 e à semelhança dos restantes programas operacionais, os níveis de compromisso do Mais Centro (1.809,2 milhões de euros) são superiores ao valor total de fundo comunitário FEDER programado para todo o período de programação, e revisto com a reprogramação dos programas (1.696,6 milhões de euros), o que significa uma gestão de *overbooking* (Quadro 6). Na realidade, a taxa de compromisso superior a 100% (mais concretamente, 107%) registada pelo Mais Centro é uma situação usual no final dos ciclos de programação, exprimindo uma prática de gestão que pretende assegurar os recursos disponíveis (considerando uma expectável libertação de verbas relativas a operações já aprovadas e que se fica a dever a cancelamentos, desistências e encerramentos com valores inferiores aos inicialmente aprovados).

O volume de aprovações e de compromisso no Mais Centro respeita a 4.439 candidaturas, o que representa um saldo de apenas mais seis candidaturas aprovadas do que no final de 2013. Esta situação deve-se à aproximação do final do ciclo de programação em que o foco é a execução. No entanto, é de referir que na realidade o número de aprovações no ano foi superior uma vez que, simultaneamente, alguns projetos com menor maturidade foram cancelados ou alvo de desistência. O FEDER aprovado e envolvido nos projetos aprovados era de 1.809,2 milhões de euros, o que representava um aumento de 79,7 milhões de euros neste último ano (Quadro 6). Nesta fase do período de programação, com os níveis elevados de compromisso referidos e com

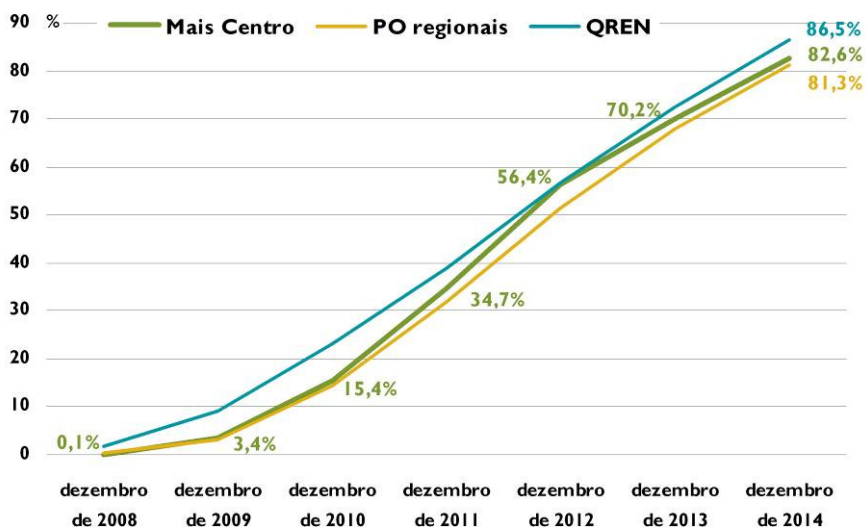
as restrições apresentadas atrás, o aumento do valor de FEDER aprovado tem naturalmente diminuído.

A despesa validada de FEDER respeitante a projetos aprovados no Mais Centro era de 1.400,6 milhões de euros, representando 82,6% da sua dotação. O montante de fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos cifrava-se em 1.412,6 milhões de euros, estando assim acima da despesa já validada, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) de 78,1% e numa taxa de reembolso (relação entre o FEDER pago e o FEDER validado) de 100,9% (Quadro 7).

Desde o final de 2009 que a taxa de execução do Mais Centro se mantém acima da registada pelos diferentes PO regionais do Continente e inferior à do QREN (81,3% e 86,5%, respetivamente, no final de 2014). No último ano, a taxa de execução do programa regional aumentou 12,4 p.p., o que se deveu a um crescimento da despesa validada de 209,8 milhões de euros (Figura 5).

Com este nível de execução, o Mais Centro voltou a cumprir a regra n+2 no ano de 2014. Esta regra obriga a certificação de despesa à Comissão Europeia, até 31/12/2014, no montante da dotação anual de 2008 a 2012, acrescida de 5/6 da dotação de 2007, deduzido do montante do pré-financiamento comunitário. Foi assim cumprida a última meta intermédia do QREN, garantindo a não devolução de verbas à Comissão Europeia.

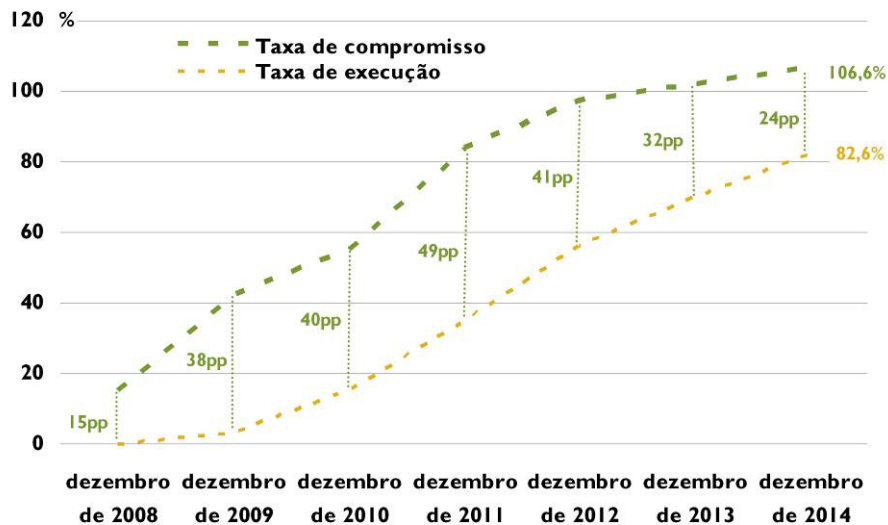
Figura 5. Taxa de execução do Mais Centro



O diferencial entre os níveis de compromisso e os de execução do Mais Centro voltou a diminuir no último ano, sendo de 24 p.p., um valor bastante inferior aos dos últimos três anos (Figura 6). Este valor está ainda aquém do diferencial verificado nos projetos cofinanciados apenas com FEDER (30 p.p.), do diferencial médio para o QREN (FEDER, FSE e Fundo de Coesão) e para os projetos apoiados pelos outros PO regionais do Continente (25 p.p. nestes últimos dois casos).

Adicionalmente, verifica-se que este diferencial é mais elevado nos programas que integram sistemas de incentivos a empresas em que os níveis de *overbooking* são mais elevados.

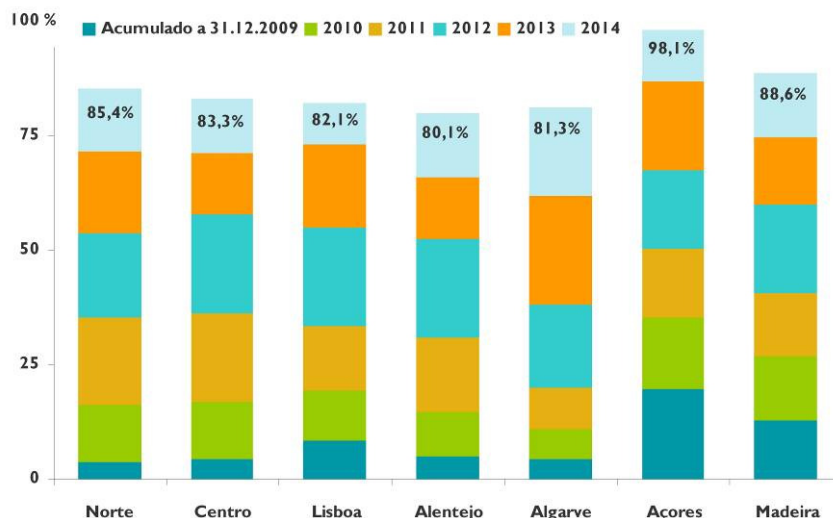
Figura 6. Evolução do diferencial entre a taxa de compromisso e a taxa de execução do Mais Centro



Relativamente ao rácio entre os pagamentos intermédios de FSE, FEDER e Fundo de Coesão e a dotação total de fundos, Portugal continuava com uma posição de destaque entre os países da União Europeia, apresentando um rácio de 85% do seu envelope financeiro, sendo a média europeia (UE27) de 68%. No caso apenas do FEDER e Fundo de Coesão, os pagamentos nacionais representam 84% da dotação destes fundos programados no QREN, enquanto a média europeia (UE27) é de 67%.

Em Portugal, quanto ao total da dotação apenas de FEDER para cada PO regional (o único fundo comunitário que podem movimentar), o Mais Centro apresentava agora o segundo maior valor relativo de pagamentos aos promotores de projetos regionais do Continente (Figura 7), muito próximo do valor registado pelo total do QREN e muito acima da média da União Europeia, considerando como referência o FEDER em conjunto com o Fundo de Coesão. Mais de 83% do envelope financeiro do Mais Centro encontrava-se pago.

Figura 7. Rácio entre os pagamentos efetuados a beneficiários de FEDER nos PO regionais e o valor da dotação financeira para 2007-2013



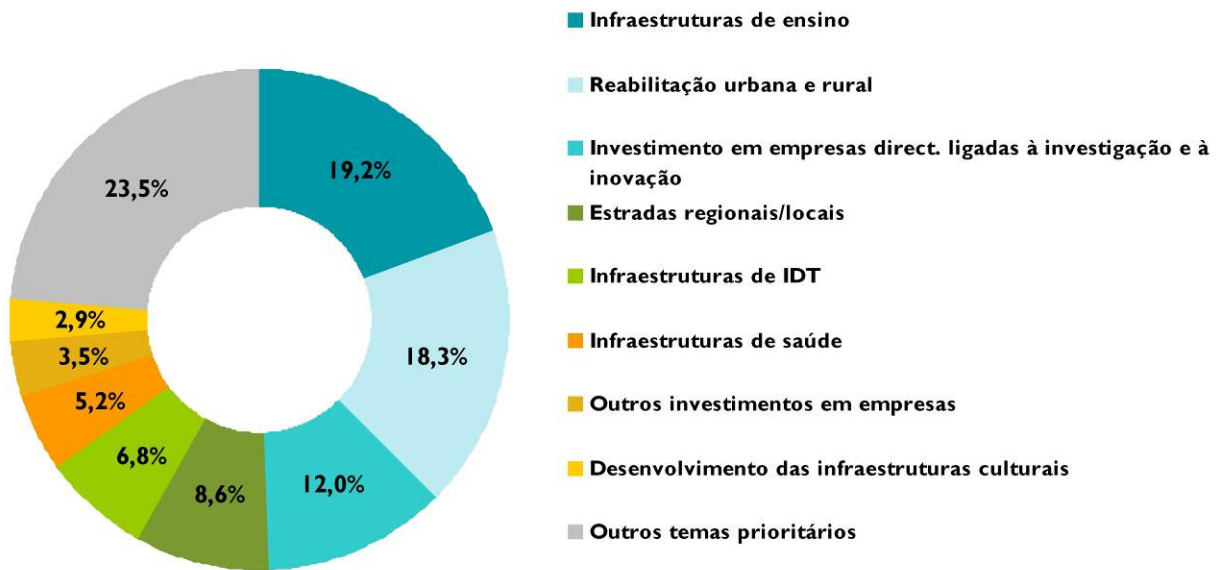
Metade da execução no Mais Centro em projetos do parque escolar, de reabilitação urbana e rural e de empresas ligadas à investigação e à inovação

Cerca de metade do FEDER já realizado no Mais Centro foi canalizado para projetos de infraestruturas de ensino, de reabilitação urbana e rural e de investimentos de empresas diretamente ligadas à investigação e inovação (Figura 8). No caso das infraestruturas de ensino, foram apoiados, em termos de construção ou requalificação, 243 estabelecimentos de ensino, dos quais 223 eram centros escolares e escolas do 1º ciclo do ensino básico e os restantes 20 eram escolas dos 2º e 3º ciclos. Estes investimentos rondaram 444 milhões de euros comparticipados pelo Mais Centro em 311 milhões de euros. Os projetos de reabilitação urbana e rural eram na sua maioria relativos a ações de valorização e qualificação ambiental, a redes urbanas para a competitividade e inovação e a parceiras para a regeneração urbana.

Com um peso no total de FEDER validado de 12%, encontravam-se os projetos de investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e inovação, mais concretamente projetos cofinanciados pelos sistemas de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) e à inovação (SI Inovação).

Os oito temas prioritários com maior peso no total de FEDER já executado (num total de 86 temas tipificados pela Comissão Europeia) concentravam 76,5% do total de fundo validado no Mais Centro, incluindo ainda investimentos em estradas, em infraestruturas de saúde, culturais e de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

Figura 8. Fundo executado no Mais Centro por tema prioritário



Fonte: Regulamento CE 1083/1828 que tipifica 86 temas prioritários.

(31 de dezembro de 2014)

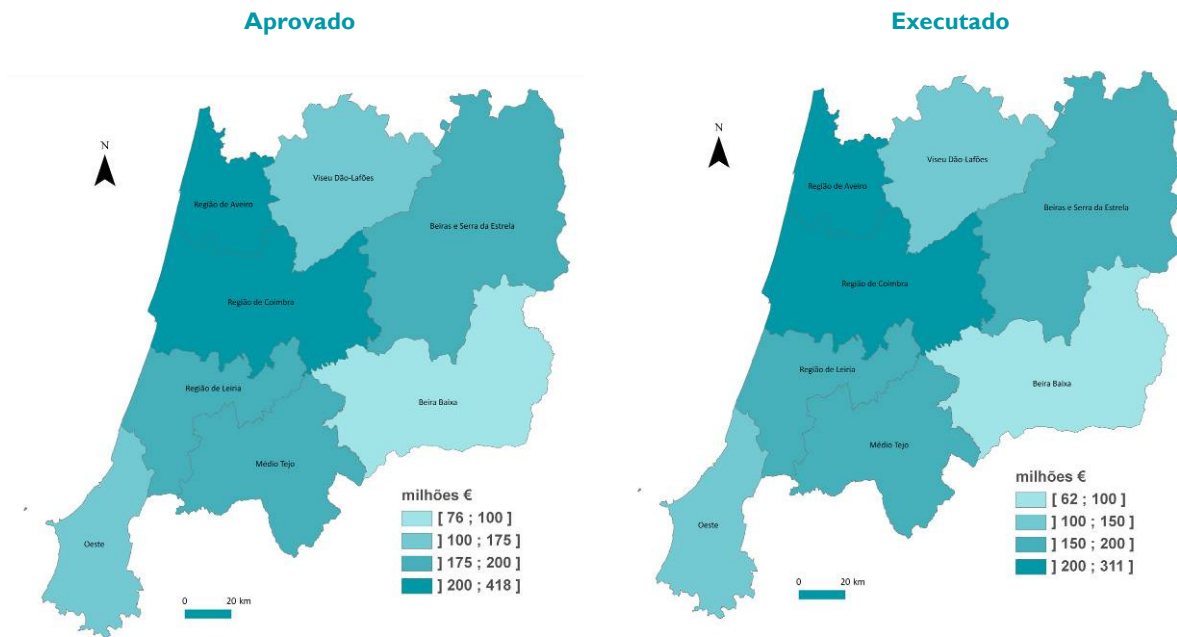
Região de Coimbra e Região de Aveiro são as sub-regiões com maiores níveis de aprovação e de execução

Em termos sub-regionais, não se evidenciam grandes alterações face aos períodos anteriores. Assim, as sub-regiões com maior valor de fundo comunitário aprovado no âmbito de projetos candidatados ao Mais Centro eram a Região de Coimbra e a Região de Aveiro, que concentravam 43,5% do total (Figura 9).

Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários, também se mantém a maior concentração de aprovações nos eixos Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) e Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3).

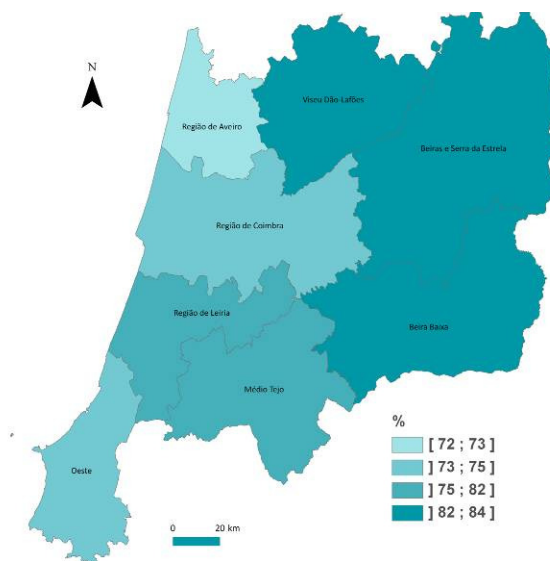
No que respeita à execução, a distribuição territorial é idêntica, com os maiores valores de despesa validada a observarem-se também na Região de Coimbra e na Região de Aveiro. Com valores de execução global de despesa já validada de fundo comunitário acima dos 150 milhões de euros encontravam-se ainda Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo e Região de Leiria.

Figura 9. Fundo comunitário atribuído aos projetos no âmbito do Mais Centro



Relativamente à taxa de realização, ou seja, ao peso do fundo executado (avaliado pelo montante de despesa validada) no total de fundo aprovado, os maiores valores respeitavam a promotores com projetos nas sub-regiões Beiras e Serra da Estrela (83,7%), Beira Baixa (82,6%) e Viseu Dão-Lafões (82,1%). Com menor capacidade de aplicação dos fundos comunitários, encontrava-se a Região de Aveiro, com uma taxa de realização de 71,9% (Figura 10).

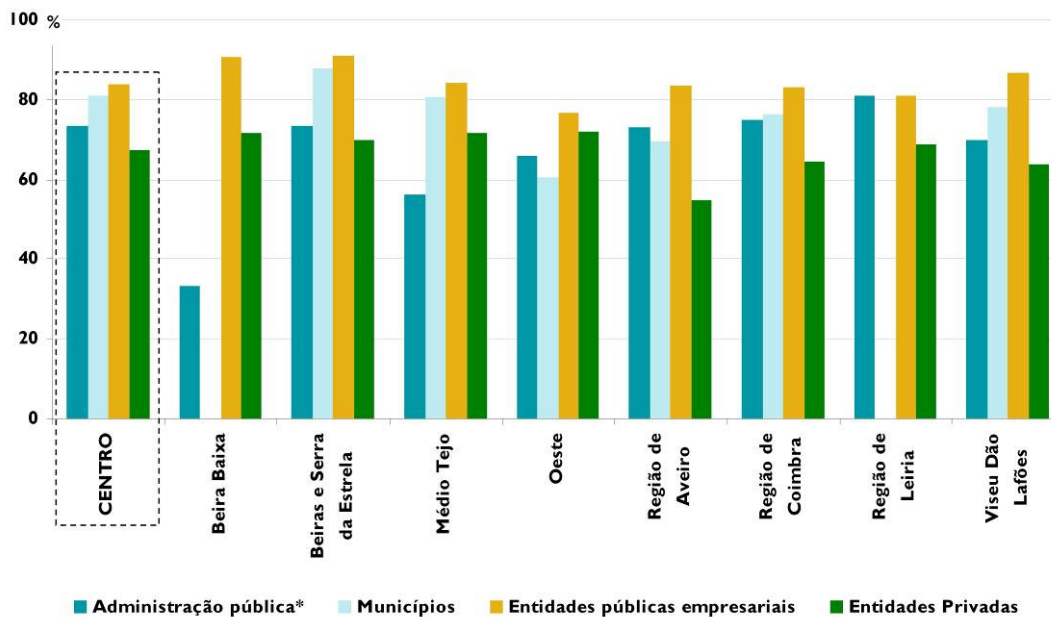
Figura 10. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) no âmbito do Mais Centro



Municípios são as entidades beneficiárias com maior realização na região

À semelhança do que se tem verificado ao longo do período de programação, no final de 2014, as entidades beneficiárias/promotoras² da Região Centro com maior capacidade de realização eram as entidades públicas empresariais e os municípios, com taxas de 83,9% e 80,8%, respetivamente (Figura 11). O predomínio das entidades públicas empresariais verificava-se também na totalidade das NUTS III da Região Centro.

Figura 11. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) dos projetos no âmbito do Mais Centro por entidade beneficiária/promotora



* Administração pública de administração direta e indireta e ensino superior.

(31 de dezembro de 2014)

² As entidades públicas empresariais correspondem a empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo setor público, incluindo as empresas de âmbito municipal, intermunicipal ou regional (exemplos: hospitais e centros hospitalares (EPE); empresas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água; sociedades Polis). As entidades públicas empresariais aparecem individualizadas, apesar de serem de administração indireta do Estado. A entidade promotora municípios engloba os municípios, as juntas de freguesias, as associações de municípios ou ainda as comunidades intermunicipais. No caso da administração direta são essencialmente direções regionais ou serviços periféricos como as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), enquanto no caso da administração indireta se trata de universidades, hospitais públicos e institutos públicos.



2.2 Contratualização e Comunidades Intermunicipais (CIM)

540 milhões de euros de FEDER aprovados no Mais Centro no âmbito da contratualização com as CIM

No âmbito das subvenções contratualizadas³ entre as Associações de Municípios (sob a forma de Comunidades Intermunicipais) e o Mais Centro, no final de 2014, estavam aprovadas 648 candidaturas, que preveem envolver um investimento total de 766 milhões de euros e um valor de comparticipação FEDER de 540 milhões de euros (Quadro 8). O valor de FEDER aprovado no âmbito das CIM é superior ao total contratualizado em 2008 com as Associações de Municípios, já que aos valores iniciais foram, ao longo do período de programação, acrescidos reforços e projetos de educação em todas as CIM. Em fevereiro de 2014, foram contratualizados novos valores com cada uma das CIM, passando o total contratualizado a 542,6 milhões de euros.

No que respeita à execução das subvenções contratualizadas, a despesa validada de FEDER era de 500,6 milhões de euros, o que correspondia a uma taxa de realização média das CIM (FEDER validado/FEDER aprovado) de 92,8%, ou seja, bastante superior à registada no total do Mais Centro. A executar acima desta média regional, evidenciando assim maior capacidade de realização, encontravam-se as CIM Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa, Região de Leiria, Região de Aveiro e Viseu Dão-Lafões.

³ Importa sublinhar que, na região Centro, existiam, à data da programação do QREN, 12 NUTS III, mas apenas 11 CIM (a Comurbeiras abrange as NUTS III Beira Interior Norte e Cova da Beira) e 10 contratos de subvenção global pois existia um contrato conjunto para o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul. A partir de 2014, resultado da aplicação da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, passaram a existir na Região Centro oito CIM e respetivos contratos de subvenção. Por comodidade de linguagem, utiliza-se aqui a designação CIM para estes contratos de subvenção global no âmbito do QREN.

43% do FEDER validado de projetos contratualizados com as CIM respeita a investimentos de requalificação no parque escolar

Ao abrigo da contratualização com as CIM, o regulamento com maior valor de aprovações e de fundo comunitário validado era a Educação. Mais concretamente os projetos de requalificação da rede escolar representavam 42% do total de FEDER aprovado e 43% do validado, no final de 2014 (Quadro 9). Estavam contratualizados 199 projetos de requalificação das escolas do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar distribuídos territorialmente por 80 municípios e com um valor médio por intervenção de cerca de 1,7 milhões de euros de investimento total e 1,1 milhões de euros de cofinanciamento de FEDER.

Embora no início do período de programação tal não acontecesse, todas as CIM têm, nesta data, o regulamento da Educação contratualizado com o Mais Centro. É de destacar o predomínio deste regulamento no Oeste e no Médio Tejo (78% e 54% do total aprovado em cada uma destas CIM).

Quanto à taxa de realização média das CIM da Região Centro (FEDER validado/FEDER aprovado) esta é já muito elevada em todos os regulamentos e em todas as CIM.

Excluindo o regulamento Educação, observava-se que, com exceção da Região de Aveiro e da Região de Coimbra, o maior valor de FEDER aprovado se destinava a investimentos em mobilidade territorial. Nestas duas CIM, o maior volume de aprovações, que não educação, respeitavam a investimentos em equipamentos para a coesão local (Quadro 10). No que respeita à execução, a situação era semelhante (Quadro 11).

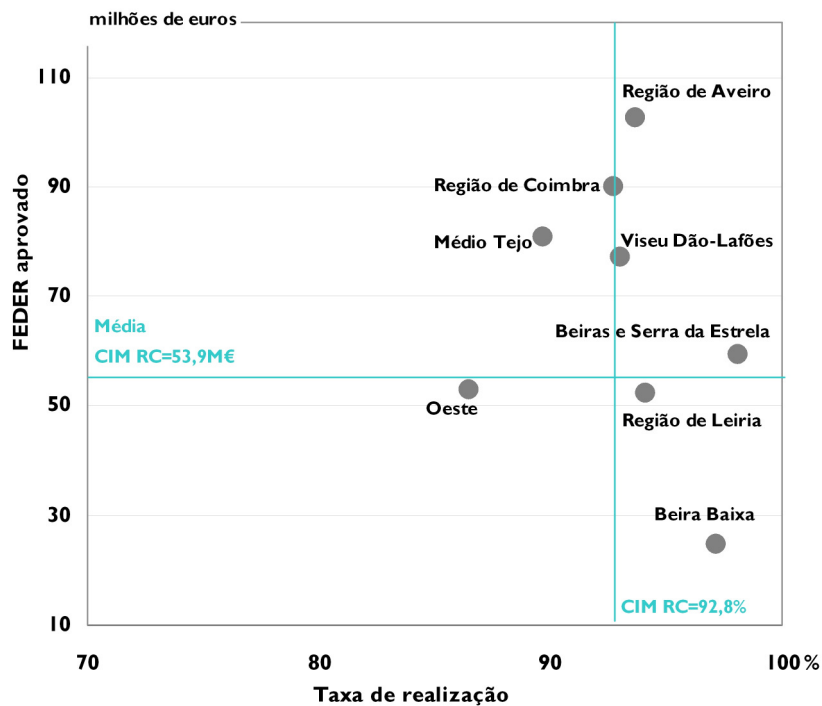


Cinco CIM apresentam taxas de realização acima da média

Da análise comparativa das CIM da Região Centro, em termos da taxa de realização (despesa executada no total de FEDER aprovado) e do valor de FEDER aprovado, destacavam-se quatro grupos de sub-regiões no final de 2014 (Figura 12):

- as que registavam valores de FEDER aprovado e taxas de realização acima da média das CIM da Região Centro: Região de Aveiro, Viseu Dão-Lafões e Beiras e Serra da Estrela;
- contrastando com a situação anterior, a CIM que registava uma taxa de realização baixa e, simultaneamente, reduzidos valores de aprovações: Oeste;
- as que tendo baixos níveis de aprovações, conseguem apresentar elevadas taxas de realização: o Região de Leiria e Beira Baixa;
- as que tinham elevados montantes de fundo aprovado mas que apresentavam uma realização aquém da média regional: Região de Coimbra e Médio Tejo.

Figura 12. Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado) e fundo aprovado no âmbito das subvenções com as CIM



(31 de dezembro de 2014)



Quadro I. O QREN na Região Centro

(31 de dezembro de 2014)		Região Centro				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas						
Investimento (custo) total	milhões €	10.811	2.724	2.892	3.612	1.583
	% do QREN (total) da região	100,0	25,2	26,7	33,4	14,6
	% do total nacional	27,4	21,0	29,9	37,0	23,1
Investimento (custo) elegível	milhões €	9.702	2.320	2.892	3.128	1.362
	% do QREN (total) da região	100,0	23,9	29,8	32,2	14,0
	% do total nacional	27,5	20,5	29,9	36,4	24,3
Fundo comunitário	milhões €	6.503	1.809	2.119	1.465	1.110
	% do QREN (total) da região	100,0	27,8	32,6	22,5	17,1
	% do total nacional	27,3	22,8	30,1	36,2	23,8
Taxa de realização						
(fundo validado/fundo aprovado)	%	77,1	77,4	85,9	63,3	77,7

Quadro 2. FEDER aprovado no âmbito do Mais Centro na Região Centro

	FEDER aprovado		FEDER
	Total	Peso no total nacional*	validado/ FEDER
	Milhares de euros	aprovado no regulamento	aprovado
		%	%
Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	256 408,2	27,7	86,8
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	231 889,8	29,5	71,0
Parcerias para a Regeneração Urbana/Reabilitação Urbana	210 917,7	31,8	89,7
Mobilidade Territorial	163 296,1	41,7	85,8
Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	103 850,1	40,3	65,8
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	89 996,6	26,6	48,6
Equipamentos para a Coesão Local	88 507,0	34,1	83,2
Saúde	84 224,2	32,1	81,2
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	79 442,6	42,4	83,8
Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	61 423,4	51,1	54,1
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	56 949,6	26,6	53,3
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	54 756,0	37,1	76,0
Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	43 654,5	36,6	78,5
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	41 062,8	32,4	92,7
Assistência Técnica	40 570,0	28,5	69,8
Iniciativa Comunitária Jessica	28 800,0	28,1	100,0
Promoção e Capacitação Institucional	28 615,7	31,0	65,4
Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	24 755,1	30,4	62,4
Património Cultural	20 398,9	18,5	60,4
Energia	18 730,9	26,6	70,7
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	13 843,0	20,6	95,0
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	13 510,9	25,4	49,9
Sistema de Apoio a Ações Coletivas	12 545,5	36,0	66,9
Rede de Equipamentos Culturais	11 289,1	26,9	87,4
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica	10 641,4	48,4	76,8
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	6 362,4	14,0	93,8
Ações de Valorização do Litoral	5 399,5	8,4	83,6
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	4 466,7	37,9	39,0
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	1 228,3	61,9	100,0
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações imateriais)	974,3	16,0	99,1
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	665,1	3,6	88,5
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações materiais)	41,4	1,4	100,0
TOTAL MAIS CENTRO	1 809 216,9	29,9	77,0

*No total dos Programas Operacionais do Continente.

(31 de dezembro de 2014)

Quadro 3. FEDER aprovado no âmbito do PO temático Fatores de Competitividade na Região Centro

	FEDER aprovado		FEDER validado*	FEDER validado/ FEDER aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	837 348,7	41,3	578 950,5	69,1
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	134 868,4	41,1	94 277,7	69,9
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	128 331,9	30,2	73 279,5	57,1
Engenharia Financeira	122 358,2	33,3	56 520,3	46,2
Apoio a Ações Colectivas	94 607,5	41,1	54 601,1	57,7
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	89 180,5	26,4	42 854,4	48,1
Apoio à Modernização Administrativa	40 235,5	14,3	14 702,3	36,5
Assistência Técnica	18 051,2	32,8	12 288,6	68,1
TOTAL FATORES DE COMPETITIVIDADE	1 464 982,1	36,2	927 474,5	63,3

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(31 de dezembro de 2014)

Quadro 4. Fundos aprovados no âmbito do PO temático Valorização do Território na Região Centro

	Fundos aprovados		Fundos validados*	Fundos validados/ Fundos aprovados*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	275 208,4	27,0	226 059,5	82,1
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	261 703,9	35,0	167 161,4	63,9
Redes e Equipamentos de Transportes	137 249,6	21,8	101 090,5	73,7
Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano	85 120,6	45,0	55 814,5	65,6
Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	72 303,1	49,0	64 156,3	88,7
Combate à Erosão e Defesa Costeira	61 732,9	33,2	28 870,9	46,8
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	44 081,4	34,2	38 636,7	87,6
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	42 176,7	52,9	39 340,6	93,3
Mobilidade Territorial	34 934,2	7,4	24 894,5	71,3
Recuperação do Passivo Ambiental	31 367,7	42,8	14 587,9	46,5
Prevenção e Gestão de Riscos	27 663,0	18,3	19 688,8	71,2
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	17 668,3	39,2	13 266,2	75,1
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	12 096,7	41,3	10 994,0	90,9
Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	4 351,5	57,8	1 643,7	37,8
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	2 331,9	43,6	555,0	23,8
TOTAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	1 109 990,1	23,8	806 760,6	72,68

(31 de dezembro de 2014)

Quadro 5. Fundo Social Europeu aprovado no âmbito do PO temático Potencial Humano na Região Centro

	Fundo aprovado		Fundo validado*	Fundo validado/ Fundo aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Cursos Profissionais	580 327,6	34,4	448 934,5	77,4
Cursos de Educação e Formação de Adultos	240 355,4	30,4	239 749,9	99,7
Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior	220 279,3	39,8	195 885,8	88,9
Formações Modulares Certificadas	177 744,2	29,0	162 520,9	91,4
Programa Estágios Profissionais	118 600,0	40,2	90 500,3	76,3
Cursos de Educação e Formação de Jovens	109 922,8	28,5	104 974,3	95,5
Qualificação das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	84 566,9	44,4	76 500,3	90,5
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	71 669,5	27,0	71 637,9	100,0
Apoio à Inserção de Desempregados	65 409,2	39,7	36 217,9	55,4
Programa de Formação Ação	65 179,4	34,5	57 965,2	88,9
Sistema de Aprendizagem	57 257,0	23,2	55 427,2	96,8
Cursos Básicos do Ensino Artístico e Especializado	56 183,5	36,1	43 035,1	76,6
Promoção do Emprego Científico	34 071,9	38,3	29 770,0	87,4
Apoios ao Emprego	30 042,1	34,6	29 937,1	99,7
Formação para a Inovação e Gestão	28 995,5	30,7	28 806,0	99,3
Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social	28 632,1	34,9	23 712,6	82,8
Formação para a Inclusão	23 159,0	39,6	21 597,1	93,3
Cursos de Especialização Tecnológica	22 271,6	42,2	19 776,2	88,8
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo	19 433,7	10,1	18 653,6	96,0
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	12 686,3	23,2	4 608,0	36,3
Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiência	9 120,7	46,2	5 760,8	63,2
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	8 656,8	30,1	6 160,3	71,2
Estágios Profissionais na Administração Pública Local	8 376,6	38,8	8 376,6	100,0
Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	6 167,0	815,1	6 003,7	97,4
Reequipamento dos Estabelecimentos de Ensino	5 913,8	37,6	5 913,8	100,0
Qualificação dos Profissionais do Setor da Educação	5 395,2	34,5	5 395,2	100,0
Qualificação para os Profissionais da Saúde	4 776,5	36,5	3 690,7	77,3
Apoio Técnico e Financeiro às ONG	4 487,8	27,1	4 372,7	97,4
Apoio a Consórcios Locais para a promoção da inclusão social de crianças e jovens	3 163,9	15,0	2 706,6	85,5
Qualificação – Emprego	2 556,5	27,1	x	x
Qualidade dos Serviços e Organizações	2 552,9	30,4	2 134,9	83,6
Planos para a Igualdade	2 137,8	36,7	2 083,7	97,5
Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres	1 857,9	20,1	1 657,3	89,2
Educação para a Cidadania - Projetos Inovadores	1 854,1	21,4	302,3	16,3
Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes	1 455,0	11,3	1 302,1	89,5
Programas Integrados para a Promoção da Inclusão Social de Crianças e Jovens	1 211,0	22,9	x	x
Formação em Língua Portuguesa para estrangeiros	1 053,1	19,0	910,3	86,4
Apoio a projetos de formação para públicos estratégicos	998,1	24,5	952,7	95,5
Ações de Formação e Iniciativas de Sensibilização dirigidas a públicos estratégicos no domínio do acolhimento e integração dos Imigrantes	160,7	25,4	123,2	76,6
TOTAL POTENCIAL HUMANO	2 118 682,4	30,1	1 818 056,8	85,8

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(31 de dezembro de 2014)

Quadro 6. Aprovações no Mais Centro

		dezembro 2014	dezembro 2013	junho 2013	dezembro 2012
Aprovações					
Operações	n.º	4.439	4.433	3.889	3.298
Investimento (custo) total	milhões €	2.724,4	2.663,4	2.605,1	2.545,0
Investimento (custo) elegível	milhões €	2.319,7	2.259,9	2.200,1	2.147,5
Fundo comunitário	milhões €	1.809,2	1.732,5	1.694,9	1.645,6

Quadro 7. Execução financeira do Mais Centro

		dezembro 2014	dezembro 2013	junho 2013	dezembro 2012
Execução financeira					
Despesa validada					
Investimento (custo) elegível	milhões €	1.774,7	1.513,3	1.366,2	1.221,3
Fundo comunitário	milhões €	1.400,6	1.190,8	1.076,5	957,4
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1.412,6	1.209,4	1.106,1	981,9
Indicadores financeiros					
Taxa de compromisso (fundo aprovado/fundo programado)	%	106,6	102,1	99,9	97,0
Taxa de execução (fundo validado/fundo programado)	%	82,6	70,2	63,5	56,4
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	77,4	68,7	63,5	58,2
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários/fundo aprovado)	%	78,1	69,8	65,3	59,7
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários/fundo validado)	%	100,9	101,6	102,8	102,6
Rácio pagamentos aos beneficiários/fundo programado	%	83,3	71,3	65,2	57,9

Quadro 8. Monitorização dos contratos com as Comunidades Intermunicipais no âmbito do Mais Centro

CIM	Aprovação		Execução	
	Candidaturas aprovadas (n.º)	FEDER aprovado (milhões €)	FEDER validado (milhões €)	FEDER validado/FEDER aprovado (%)
Beira Baixa	40	24,8	24,1	97,2
Beiras e Serra da Estrela	108	59,3	58,1	98,1
Médio Tejo	76	80,7	72,4	89,7
Oeste	42	52,8	45,6	86,5
Região de Aveiro	102	102,5	96,0	93,6
Região de Coimbra	110	90,0	83,4	92,7
Região de Leiria	69	52,4	49,3	94,1
Viseu Dão Lafões	101	77,1	71,7	93,0
TOTAL	648	539,5	500,6	92,8

(31 de dezembro de 2014)

Quadro 9. Indicadores no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais: educação e outros regulamentos

CIM	Total		Educação			Outros Regulamentos		
	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER validado/FEDER aprovado (%)	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER validado/FEDER aprovado (%)
	(milhões €)	(milhões €)	(milhões €)	(milhões €)		(milhões €)	(milhões €)	
Beira Baixa	24,8	24,1	6,9	6,9	100,0	17,9	17,2	96,1
Beiras e Serra da Estrela	59,3	58,1	11,0	11,0	99,9	48,2	47,1	97,7
Médio Tejo	80,7	72,4	43,7	42,0	96,1	37,0	30,4	82,2
Oeste	52,8	45,6	41,4	36,4	88,1	11,4	9,2	80,6
Região de Aveiro	102,5	96,0	49,0	45,8	93,5	53,5	50,2	93,8
Região de Coimbra	90,0	83,4	37,9	37,2	98,0	52,0	46,2	88,8
Região de Leiria	52,4	49,3	18,7	16,5	88,1	33,6	32,8	97,5
Viseu Dão Lafões	77,1	71,7	18,2	17,4	95,1	58,8	54,3	92,3
TOTAL	539,5	500,6	226,8	213,1	94,0	312,6	287,5	92,0

(31 de dezembro de 2014)

Quadro 10. Fundo comunitário aprovado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Áreas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL
	milhões €					
Beira Baixa	2,0	3,9	8,4	3,7	0,0	17,9
Beiras e Serra da Estrela	2,9	7,0	22,8	7,7	7,9	48,2
Médio Tejo	1,7	4,6	16,1	6,2	8,4	37,0
Oeste	1,4	1,7	7,3	0,5	0,6	11,4
Região de Aveiro	11,7	16,1	11,0	9,1	5,6	53,5
Região de Coimbra	4,2	18,4	15,6	9,4	4,5	52,0
Região de Leiria	2,3	10,5	14,9	5,6	0,4	33,6
Viseu Dão Lafões	4,8	3,3	41,3	4,9	4,6	58,8
TOTAL	30,9	65,4	137,4	47,0	31,9	312,6

(31 de dezembro de 2014)

Quadro II. Fundo comunitário validado/executado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Áreas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL
	milhões €					
Beira Baixa	2,0	3,9	7,7	3,7	0,0	17,2
Beiras e Serra da Estrela	2,8	6,9	22,3	7,4	7,6	47,1
Médio Tejo	1,7	3,6	14,3	6,2	4,6	30,4
Oeste	1,4	1,5	5,3	0,5	0,6	9,2
Região de Aveiro	10,7	15,1	10,9	8,8	4,6	50,2
Região de Coimbra	3,7	16,5	13,8	8,9	3,5	46,2
Região de Leiria	2,3	10,2	14,6	5,4	0,4	32,8
Visu Dão Lafões	3,7	2,5	39,2	4,4	4,6	54,3
TOTAL	28,2	60,3	128,1	45,2	25,9	287,5

(31 de dezembro de 2014)

SIGLAS E ABREVIATURAS

CIM	Comunidades Intermunicipais
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
ICT	Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PCT	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base tecnológica
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
PO	Programa Operacional
PO FC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PO PH	Programa Operacional Potencial Humano
PO VT	Programa Operacional Valorização do Território
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SI	Sistemas de Incentivos
SCT	Sistema Científico e Tecnológico

CONTACTOS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra

Telefone 239 400 100

Para informações sobre a situação económica da Região Centro, consultar o “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” em www.ccdrc.pt/boletim. Para obter a informação conjuntural, consultar <http://datacentro.ccdrc.pt>.

Co-financiamento:

